

I CONGRESSO DE TECNOLOGIAS APLICADAS AO DIREITO

**TECNOLOGIAS APLICADAS AOS DIREITOS DA
CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO E
ACESSIBILIDADE**

T255

Tecnologias aplicadas ao direitos da criança, adolescente, idoso e acessibilidade [Recurso eletrônico on-line] organização I Congresso de Tecnologias Aplicadas ao Direito – Belo Horizonte;

Coordenadores: Marcelo Mello Vieira, Elaine Cristina da Silva e Lucas Jerônimo Ribeiro da Silva– Belo Horizonte, 2017.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-5505-666-6

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: O problema do acesso à justiça e a tecnologia no século XXI

1. Direito. 2. Tecnologia. 3. Direitos da criança. 4. Adolescente. 5. Idoso. 6. Acessibilidade. I. I Congresso de Tecnologias Aplicadas ao Direito (1:2018 : Belo Horizonte, BH).

CDU: 34



I CONGRESSO DE TECNOLOGIAS APLICADAS AO DIREITO

TECNOLOGIAS APLICADAS AOS DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO E ACESSIBILIDADE

Apresentação

É com imensa satisfação que apresentamos os trabalhos científicos incluídos nesta publicação, que foram apresentados durante o I Congresso de Tecnologias Aplicadas ao Direito nos dias 14 e 15 de junho de 2018. As atividades ocorreram nas dependências da Escola Superior Dom Helder Câmara, em Belo Horizonte-MG, e tiveram inspiração no tema geral “O problema do acesso à justiça e a tecnologia no século XXI”.

O evento foi uma realização do Programa RECAJ-UFMG – Solução de Conflitos e Acesso à Justiça da Faculdade de Direito da UFMG em parceria com o Direito Integral da Escola Superior Dom Helder Câmara. Foram apoiadores: o Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito - CONPEDI, EMGE – Escola de Engenharia, a Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, a Federação Nacional dos Pós-graduandos em Direito – FEPODI e o Projeto Startup Dom.

A apresentação dos trabalhos abriu caminho para uma importante discussão, em que os pesquisadores do Direito, oriundos de dez Estados diferentes da Federação, puderam interagir em torno de questões teóricas e práticas, levando-se em consideração a temática central do grupo. Foram debatidos os desafios que as linhas de pesquisa enfrentam no tocante ao estudo do Direito e sua relação com a tecnologia nas mais diversas searas jurídicas.

Na coletânea que agora vem a público, encontram-se os resultados de pesquisas desenvolvidas em diversos Programas de Pós-graduação em Direito, nos níveis de Mestrado e Doutorado, e, principalmente, pesquisas oriundas dos programas de iniciação científica, isto é, trabalhos realizados por graduandos em Direito e seus orientadores. Os trabalhos foram rigorosamente selecionados, por meio de dupla avaliação cega por pares no sistema eletrônico desenvolvido pelo CONPEDI. Desta forma, estão inseridos no universo das 350 (trezentas e cinquenta) pesquisas do evento ora publicadas, que guardam sintonia direta com este Grupo de Trabalho.

Agradecemos a todos os pesquisadores pela sua inestimável colaboração e desejamos uma ótima e proveitosa leitura!

O USO DAS REDES SOCIAIS COMO FERRAMENTAS FACILITADORAS DO TRABALHO DOMÉSTICO INFANTOJUVENIL RESUMO

THE USE OF SOCIAL NETWORKS AS FACILITATING TOOLS OF YOUTH HOUSEWORK

**Ligia Merlo Marques
Pedro Doshikazu Pianção Aihara**

Resumo

Tendo em vista a proibição do trabalho doméstico infantojuvenil pela legislação brasileira e o crescimento acentuado do uso das redes sociais, sobretudo do Whatsapp, por crianças e adolescentes de todas as classes econômicas no país, o presente resumo expandido tem por objetivo relacionar de que maneira o trabalho doméstico infantojuvenil se vale da difusão dessas novas tecnologias e como tais plataformas podem dificultar ainda mais a fiscalização e erradicação dessa violação de direitos. Como opção metodológica, trata-se um estudo eminentemente teórico fundamentado em pesquisas empíricas de autores diversos.

Palavras-chave: Tecnologia, Trabalho doméstico infantojuvenil, Direitos da criança e do adolescente

Abstract/Resumen/Résumé

In view of the youth housework prohibition under Brazilian legislation and the sharp growth in the use of social networks, especially Whatsapp, by children and teenagers of all economic classes in the country, this expanded summary is intended to connect how youth housework relies on the diffusion of these new technologies and how they can make it even more difficult to control and eradicate this violation of rights. As a methodological option, it is an eminently theoretical study based on empirical researches of diverse authorship.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Technology, Youth housework, Child and teenager rights

1. INTRODUÇÃO

A ampliação e disseminação das tecnologias cresceram de forma significativa nos últimos anos, sobretudo, com o advento da internet. Atualmente há uma infinidade de aparelhos digitais, como *tablets* e *smartphones*, que facilitam consideravelmente diversas atividades cotidianas e intensificam cada vez mais o acesso à informação e a perpetuação das redes sociais. Todavia, também tem sido expressivo o uso dessas ferramentas tecnológicas por crianças e adolescentes, trazendo à tona uma série de questões acerca dos seus riscos e limites, principalmente no que diz respeito à violação dos direitos infantojuvenis. O trabalho em questão irá se debruçar sobre uma dessas violações de direitos, violação que não está presente no uso das tecnologias em si, mas tem sido facilitada por esta: o trabalho doméstico infantojuvenil. Esta atividade laboral ilegal realizada por crianças e adolescentes, em todo o Brasil, possui raízes históricas no país e encontra diversas dificuldades de efetivo combate e erradicação.

Assim, acredita-se que com a utilização cada vez mais acentuada das tecnologias por crianças e adolescentes, em especial de ferramentas como o *Whatsapp*, há uma maior facilidade de contratação desse público para a realização do trabalho doméstico infantojuvenil. Ademais, a contratação via redes sociais aparece como mais uma barreira ao combate do trabalho infantojuvenil, em vista da dificuldade de se fiscalizar o momento em que o contato do empregador é realizado com a criança e o adolescente para o exercício da atividade laboral.

1. OBJETIVOS

O presente estudo tem como objetivo demonstrar de que maneira a utilização das redes sociais tem contribuído para a disseminação do trabalho doméstico infantojuvenil, bem como para o seu efetivo combate.

2. METODOLOGIA

O trabalho em questão se trata de um estudo de caráter teórico, realizado por meio de uma pesquisa bibliográfica elaborada a partir de uma seleção de livros, artigos científicos e pesquisas acerca dos temas abordados.

3. A ILEGALIDADE DO TRABALHO DOMÉSTICO INFANTOJUVENIL E SEU ARDUO COMBATE

A legislação brasileira permite a realização de atividade laboral ao jovem com idade inferior a 18 anos. Entretanto, a Constituição da República, em seu artigo 7º, inciso XXXIII, proíbe o trabalho de menores de 16 anos, exceto na condição de aprendiz, no qual este é permitido a partir dos 14 anos de idade.

Por sua vez, a Convenção nº 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Brasil em 2000, dispõe sobre as piores formas de trabalho infantil. Nesse sentido, o Decreto nº 6.481/2008 regulamentou os artigos 3º, alínea “d” e 4º da referida Convenção, aprovando a Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP), pelo qual restou proibido qualquer tipo de trabalho àqueles com idade inferior a 18 anos que se enquadre na referida lista. Desse modo, tendo em vista o artigo 2º da Lei nº 8.069/90 (ECA) que define a criança como a pessoa até os 12 anos incompletos e adolescente aquela entre 12 e 18 anos, o trabalho doméstico infantojuvenil configura-se como uma clara violação dos direitos da criança e do adolescente consagrados pela Constituição da República e pelo referido diploma legal.

Apesar de todos os esforços, o Brasil, segundo levantamento fornecido pela Fundação Abrinq (2015), ainda apresenta cerca de 3,3 milhões de crianças e adolescentes com idades entre 5 a 17 anos, trabalhando no país. Dentre esses números, destaca-se o trabalho doméstico, realizado majoritariamente por meninas. Tal atividade, via de regra, consiste em longas jornadas de trabalho, baixa remuneração (quando existente), além de sujeição a diversos riscos e violação de outros direitos. Dutra (2015) afirma que o manto da proteção integral ao qual a criança e o adolescente estão amparados juridicamente garante aos mesmos exclusiva prioridade, acesso à educação e proteção contra sua exploração de mão de obra. Todavia, essa proteção é ameaçada em vista de outra proteção constitucional: a da inviolabilidade do lar. Dessa maneira, torna-se um empecilho ao efetivo combate do trabalho doméstico infantojuvenil se tal dispositivo constitucional for interpretado de forma literal; no entanto, a autora conclui que esse caso deve ser entendido como uma exceção. Outra grande dificuldade encontrada em seu combate é a conscientização da população de que se trata de uma forma desumana de trabalho vez que afeta de forma significativa o pleno desenvolvimento de crianças e adolescentes, expondo-os inclusive a outras formas de violência.

Assim, não se pode considerar o que ocorre dentro dos lares como um “*elemento socializador e reformador*” (PATRIOTA; ALBERTO, 2014, p. 2), mas como uma realidade que deve ser combatida de todas as formas possíveis. Arelada à dificuldade de conscientização da população estão as causas históricas e culturais bem como a ideia de que o trabalho doméstico de crianças e adolescentes seria uma forma de “solidariedade” para com esses e suas respectivas famílias. O referido discurso não pode justificar essa situação, sendo necessário ainda mais envolvimento na luta contra essa atividade laboral que, como demonstrado, vai de encontro com a legislação brasileira e internacional.

4. A UTILIZAÇÃO DAS REDES SOCIAIS POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Em pesquisa realizada em 2016 pela TIC Kids Online Brasil, constatou-se que cerca de 82% das crianças e adolescentes com idades entre 9 e 17 anos eram usuários de Internet. Apesar da mesma pesquisa ter observado uma significativa diferença socioeconômica no acesso e uso da rede, tal número é o equivalente a cerca de 24,3 milhões de indivíduos que fazem uso da plataforma nessa faixa etária, o que demonstra uma expressiva utilização da internet por crianças e adolescentes. Nessa mesma pesquisa, destacou-se o crescimento do uso de dispositivos móveis, passando de 21% em 2012, a 92% a porcentagem de jovens que faziam uso da internet no telefone celular. Observou-se ainda que 78% desses jovens tinham como atividade mais realizada na internet nos últimos 3 meses, o uso das redes sociais. Além disso, a pesquisa mostrou que, para as crianças e adolescentes mais novos, entre 9 e 10 anos de idade, o *Whatsapp* é a plataforma digital mais utilizada, seguida pelo *Facebook* e outras redes sociais. Desse modo, é possível observar uma tendência de crianças e adolescentes pelo uso de redes sociais, tendência essa que, como mostram os dados apresentados, tem crescido cada vez mais nos últimos anos.

Na adolescência, por sua vez, essa influência das redes ou mídias sociais é ainda mais evidente. Como bem afirmam Assunção e Matos (2014) a adolescência é um período de transição no qual jovens estão em um enfrentamento com a identidade e sofrem diversas transformações em seus sistemas emocional, cognitivo e comportamental, sendo uma faixa etária mais suscetível à interferência da internet no cotidiano. As autoras exploram as influências da rede social *Facebook*, mas é possível inferir que isso ocorre também com as demais redes sociais.

Além disso, a facilidade de se ter acesso a internet e às redes sociais tem crescido muito nos últimos anos com o advento de novas tecnologias que facilitaram ainda mais esse acesso, como é o caso dos smartphones que são utilizados substancialmente por crianças e adolescentes:

Os telefones celulares estão mudando as cenas urbanas e interferindo nas construções sociais, mostrando que esses dispositivos móveis estão presentes na vida cotidiana das pessoas independentemente da idade, grau de instrução, gênero e localização geográfica. (TONDO; SILVA, 2016, p. 5).

Essa facilidade abre espaço para inúmeros riscos que podem pôr em cheque diversos direitos infantojuvenis, como é o caso do que ocorre no trabalho doméstico infantojuvenil. Portanto, o contato de empregadores com as crianças e adolescentes por redes sociais configura-se como mais um complicador ao combate a essa prática, necessitando de especial atenção.

5. O USO DAS REDES SOCIAIS E A FACILITAÇÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO INFANTOJUVENIL

Nos últimos anos, com o relevante crescimento das redes sociais por crianças e adolescentes, sobretudo pela utilização de dispositivos móveis, ocorreu um aumento da interação social desses usuários, envolvendo pessoas de todas as faixas etárias e camadas sociais. Há, desse modo, uma vasta gama de relações que podem ser estabelecidas no mundo online, como afirmam Souza, Araújo e de Paula (2015, p. 140): “O conteúdo de uma mídia social tende sempre ao infinito, uma vez que qualquer membro pode contribuir a qualquer momento”. No entanto, no que diz respeito ao trabalho doméstico infantojuvenil, a utilização destas mídias pode se apresentar como mais um complicador ao seu efetivo combate e erradicação. Isso se dá em virtude de uma maior facilitação para o contato entre o empregador e a criança e o adolescente para a realização da atividade laboral. O *Facebook*, por exemplo, apresenta uma diversidade de grupos com vagas de emprego nos quais há a possibilidade de se contatar crianças e adolescentes para a realização de trabalho doméstico, além de outros grupos e páginas no qual esse contato pode ser realizado.

O mesmo se dá em outras redes sociais, como *Twitter*, *Instagram* e o *Whatsapp*. Esse último, por sua vez, pode ser considerado um precursor dessas relações, ao passo que ele é uma das mídias sociais mais utilizadas por crianças e adolescentes no país, segundo os dados da pesquisa TIC Kids Online Brasil, em 2016. O caso do *Whatsapp*, em especial, tem gerado uma série de controvérsias envolvendo inclusive a criptografia de seus dados, uma vez que permite que apenas os usuários da conversa possam ter acesso ao conteúdo das mensagens. É possível também que o acesso aos dados se dê por meio de ordem judicial, mas isso dificulta expressivamente a vistoria das relações entre o contratante e a criança e o adolescente no que diz respeito à atividade doméstica, em virtude do tempo demandado para tal. Assim, as redes sociais podem ser utilizadas como um meio para a propagação do trabalho doméstico infantojuvenil, devido a facilidade de se estabelecer essa relação em meio ao vasto no domínio da internet, além de dificuldade de haver uma fiscalização destas, sobretudo, no que tange o *Whatsapp*.

6. CONCLUSÕES

Nessa perspectiva, o advento das novas tecnologias e o crescimento do uso das redes sociais por crianças e adolescentes trouxeram diversas vantagens para estes, possibilitando um crescimento de suas relações sociais e de acesso a novas informações. Todavia, esse crescimento também trouxe consequências para o trabalho doméstico infantojuvenil que

encontram nas redes sociais facilitadores para essa atividade laboral que vai de encontro com a legislação nacional e internacional e representa uma grave violação dos direitos da criança e do adolescente, bem como dos Direitos Humanos. Além disso, a fiscalização dessas relações de trabalho e da sua forma de contratação tornou-se ainda mais prejudicada, em vista do uso desses dispositivos eletrônicos.

Desse modo, é imprescindível que o Estado e a sociedade civil tomem medidas para evitar que a utilização das redes sociais sejam mais uma alavanca ao trabalho doméstico de crianças e adolescentes, sendo apenas a colaboração entre eles capaz de erradicar de uma vez por todas essa violação de direitos.

REFERÊNCIAS

FUNDAÇÃO ABRINQ PELOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **Caderno legislativo da criança e do adolescente**: 2015. 2. ed. -. São Paulo: Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente, 2015.

DUTRA, Maria Zuíla Lima. A inviolabilidade do lar e o trabalho infantil doméstico. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, São Paulo, v. 81, n. 1, p. 152-175, jan./mar. 2015.

ARRUDA, Kátia Magalhães. O trabalho infantil doméstico: rompendo com o conto da Cinderela. **Revista de informação legislativa**, v. 45, n. 178, p. 285-291, abr./jun. 2008.

SCHWARZ, Rodrigo Garcia. **Curso de iniciação ao direito do trabalho**. 1 ed. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda., 2011. 421 p.

PATRIOTA, Gabriela Fernandes Rocha; ALBERTO, Maria De Fatima Pereira. Trabalho infantil doméstico no interior dos lares: as faces da invisibilidade. **Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia**, [S.L], v. 14, n. 3, p. 893-913, dez. 2014. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/13890>>. Acesso em: 24 ago. 2017.

TIC KIDS ONLINE BRASIL. **Pesquisa sobre o uso da internet por crianças e adolescentes no brasil 2016** (revista online). 1 ed. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2017. 332 p.

ASSUNCAO, Raquel Sofia; MATOS, Paula Mena. **Perspectivas dos adolescentes sobre o uso do Facebook: um estudo qualitativo**. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 19, n. 3, p. 539-547, set. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722014000300018&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 18 abr. 2018. <<http://dx.doi.org/10.1590/1413-73722133716>>.

TONDO, Romulo; SILVA, Sandra Rubia. **Smartphones e pobreza digital: o consumo de telefones celulares e internet entre jovens de uma comunidade popular**. *Universitas: arquitetura e comunicação social*, v. 13, n. 1, p. 49-62, jan./jun. 2016.

MIGALHAS. **A questão da criptografia do whatsapp: julgamento do caso pelo stf sob a perspectiva da segurança das comunicações**. Disponível em:

<<http://www.migalhas.com.br/depeso/16,mi259918,71043-a+questao+da+criptografia+do+whatsapp+julgamento+do+caso+pelo+stf+sob>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

SOUZA, Juliana Lopes De Almeida; ARAÚJO, Daniel Costa De; PAULA, Diego Alves De. MÍDIA SOCIAL WHATSAPP: UMA ANÁLISE SOBRE AS INTERAÇÕES SOCIAIS. **Revista ALTERJOR**, São Paulo, v. 1, ano 6, p. 131-165, jan./jun. 2015.